

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA EM
PEDAGOGIA

SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO

1º semestre



Presidente da República Federativa do Brasil

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministério da Educação

Fernando Haddad

Ministro do Estado da Educação

Ronaldo Mota

Secretário de Educação Superior

Carlos Eduardo Bielschowsky

Secretário da Educação a Distância

Universidade Federal de Santa Maria

Clóvis Silva Lima

Reitor

Felipe Martins Muller

Vice-Reitor

João Manoel Espina Rossés

Chefe de Gabinete do Reitor

Alberi Vargas

Pró-Reitor de Administração

José Francisco Silva Dias

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis

Aiilo Valmir Saccol

Pró-Reitor de Extensão

Jorge Luiz da Cunha

Pró-Reitor de Graduação

Nilza Luiza Venturini Zampieri

Pró-Reitor de Planejamento

Helio Leães Hey

Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa

João Pillar Pacheco de Campos

Pró-Reitor de Recursos Humanos

Fernando Bordin da Rocha

Diretor do CPD

Coordenação de Educação a Distância

Cleuza Maria Maximino Carvalho Alonso

Coordenadora de EaD

Roseclea Duarte Medina

Vice-Coodenadora de EaD

Roberto Cassol

Coordenador de Pólos

José Orion Martins Ribeiro

Gestão Financeira

Centro de Educação

Maria Alcione Munhoz

Diretora do Centro de Educação

Rosane Carneiro Sarturi

Coordenadora do Curso de Graduação em

Pedagogia a Distância

Elaboração do Conteúdo

Paulo de Tarso Andrade Aukar

Professor pesquisador/conteudista

Equipe Multidisciplinar de Pesquisa e Desenvolvimento em Tecnologias da Informação e Comunicação Aplicadas à Educação - ETIC

Carlos Gustavo Matins Hoelzel

Coordenador da Equipe Multidisciplinar

Ana Cláudia Siluk

Vice-Coordenadora da Equipe Multidisciplinar

Luciana Pellin Mielniczuk

Coordenadora da Comissão de Revisão de Estilo

Ana Cláudia Siluk

Coordenadora da Comissão de Revisão Pedagógica

Ceres Helena Ziegler Bevilaqua

Silvia Helena Lovato do Nascimento

Coordenadoras da Comissão de Revisão de Português

André Dalmazzo

Coordenador da Comissão de Ilustração

Carlos Gustavo Matins Hoelzel

Coordenador da Comissão do Design de Interface

Edgardo Gustavo Fernández

Marcos Vinícius Bittencourt de Souza

Coordenadores da Comissão de Desenvolvimento da Plataforma

Lígia Motta Reis

Gestão Administrativa

Flávia Cirolini Weber

Gestão do Design

Evandro Bertol

Designer

ETIC - Bolsistas

Revisão de Estilo

Bruna Porto

Renata Córdova da Silva

Revisão Pedagógica

Luciana Dalla Nora dos Santos

Revisão de Português

O conteudista é responsável pelo texto apresentado

Projeto de Ilustração

O conteudista optou por não inserir ilustrações

Design de Interface

Bruno da Veiga Thurner

Evandro Bertol

Isac Corrêa Rodrigues

Lucas Müller Schmidt

Diaframação

Cleber Righi

Evandro Bertol

Desenvolvimento da Plataforma

Adílson Heck

Cleber Righi

Diego Friedrich

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| APRESENTAÇÃO..... | 5 |
| UNIDADE A..... | 6 |
| Objetivos | 6 |
| Introdução..... | 6 |
| 1. Fato Social: definindo o objeto da sociologia | 7 |
| Referências Bibliográficas | 10 |
| UNIDADE B..... | 12 |
| Objetivos | 12 |
| Introdução..... | 12 |
| 1. Ideologia e Ciência..... | 13 |
| Referências Bibliográficas | 16 |
| UNIDADE C..... | 18 |
| Objetivos | 18 |
| Introdução..... | 18 |
| 1. Sociedade e Educação | 19 |
| Referências Bibliográficas | 22 |
| UNIDADE D..... | 24 |
| Objetivos | 24 |
| Introdução..... | 24 |
| 1. Estado e Educação | 25 |
| Referências Bibliográficas | 29 |
| UNIDADE E..... | 30 |
| Objetivos | 30 |
| Introdução..... | 30 |
| 1. Ciência da Educação e Pedagogia..... | 31 |
| Referências Bibliográficas | 35 |
| UNIDADE F..... | 36 |
| Objetivos | 36 |
| Introdução..... | 36 |
| 1. Sociologia e reforma moral | 37 |
| Referências Bibliográficas | 42 |
| UNIDADE G..... | 43 |
| Objetivos | 43 |
| Introdução..... | 43 |
| 1. Sociologia e Verdade | 44 |
| Referências Bibliográficas | 51 |

APRESENTAÇÃO

A Sociologia da Educação, disciplina com carga horária de 60 horas/aula, agrega a formulação de teorias sobre o papel da educação nas sociedades humanas como um todo e em seus processos e organizações constitutivas parciais, a exemplo de família, empresa de fins econômicos, escola, prisão, etc. Será objetivo da disciplina abordar o modo como a educação é investigada e teorizada pela sociologia, tomando-se como base inicial para a discussão as elaborações teóricas de Émile Durkheim, um dos primeiros a procurar individualizar a sociologia como ciência. Sua obra é particularmente favorável à discussão da educação desde um ponto de vista sociológico porque esse autor dedicou-se em sua carreira acadêmica a muitas pesquisas, cursos e palestras sobre o caráter e o papel social dos processos educativos 'das novas gerações'.

As unidades da disciplina abordarão o caráter da sociologia e seu método, a diferenciação de ideologia e ciência, as relações de sociedade e educação, as relações de Estado e educação, a diferença que Durkheim estabelece entre 'educação', 'ciência da educação' e 'pedagogia', o possível papel da sociologia e da sociologia da educação na modificação das relações de poder na sociedade (sociologia e reforma moral) e uma concepção sociológica de verdade, desenvolvida em debate com o pragmatismo.

O desenvolvimento da disciplina será baseado na leitura dos textos que constituem as unidades e na sua discussão usando-se ferramentas on-line (programas de conversa e debate à distância, correspondência eletrônica e outros recursos disponibilizados pela plataforma Moodle e pela Internet).

A avaliação será realizada por trabalho escrito presencial.

UNIDADE A

Fato Social: definindo o objeto da sociologia

Objetivos

- Identificar o objeto de investigação da sociologia
- Destacar a relação entre o indivíduo e a sociedade
- Evidenciar o caráter objetivo, coercitivo e lógico do fato social

Introdução

Na presente unidade será discutida a caracterização da sociologia como ciência a partir da delimitação de seu objeto, das especificidades desse objeto e da forma como ele é produzido.

Será utilizada uma abordagem desenvolvida por um dos fundadores da sociologia, o francês Émile Durkheim (1858-1917).

Através das ferramentas de interação à distância teremos a oportunidade de discutir não só aquilo que é apresentado no texto, mas também confrontarmos as proposições sociológicas de Durkheim com as proposições de outros sociólogos e pensadores sociais que desenvolveram teorias diferentes da dele, a exemplo de Karl Marx (1818-1883) e Max Weber (1864-1920).'

1. Fato Social: definindo o objeto da sociologia

Na busca de um objeto de investigação para a sociologia, Durkheim desenvolve uma teoria do fato social. Para esse autor, o que diferenciaria a sociologia de outras ciências como a biologia e a psicologia, seria exatamente o seu objeto de pesquisa: o fato social. Aliás, Durkheim vai considerar que é o objeto de investigação que caracteriza e justifica cada uma das ciências, distinguindo-a das outras.

Os fatos sociais são produzidos pela vida em sociedade dos indivíduos humanos. Isto é, os fatos sociais não seriam criação deste ou daquele indivíduo, muito embora a sua produção seja entendida como dependente da ação dos indivíduos.

A fonte geradora dos fatos sociais reside na associação dos indivíduos. Isso que dizer que eles são o resultado de relações sociais. Assim, os fatos sociais têm origem na vida coletiva e não na simples iniciativa de tal ou qual indivíduo.

As línguas, por exemplo, resultaram de prolongados processos de criação coletiva. Não se poderia dizer que uma língua fosse de autoria de tal ou qual pessoa. Uma língua resulta de um processo anônimo e social de elaboração. As contribuições individuais ou de grupos secundários da sociedade (como o Estado, as famílias, as classes sociais) são assimilados, modificados ou rejeitados por um processo que independe de cada indivíduo em particular, e que deriva da associação de todos eles.

Nesse ponto já aparece uma característica importante do fato social: ele subsiste independentemente dos indivíduos. Isso seria evidenciado, por exemplo, na medida em que aprendemos a nossa língua materna. Ela já existia antes de nós. Essa existência anterior e exterior aos indivíduos dá ao fato social o caráter da objetividade.

Ainda que cada um de nós fale a língua que nos foi ensinada com um determinado viés individual, ao eliminarmos as diferenças que cada falante impõe à língua ela vai se apresentar como algo comum a todos e que independe de cada um. Mais que isso, o fato social, além de objetivo e devido a essa objetividade, exerce sobre os indivíduos um poder de coerção. Nós vamos agir em geral de acordo com o modo como o fato social requer que nós ajamos. Isso fica visível em muitas formas habituais de comportamento impostas pela vida coletiva.

Exige-se, por exemplo, em uma sociedade como a nossa, que não se furte um objeto pertencente a outra pessoa. Se isso vier a ocorrer, ao ser descoberto, aquele que realizou o furto será punido de alguma forma.

O não acatamento das exigências de um fato social, já que esse fato é objetivo, encontra nele forte resistência. Se dermos uma gargalhada em um funeral, seremos repreendidos de algum modo. Se

usarmos uma roupa muito diferente daquelas que cabem no leque de variações admitido pelos costumes e pela moda, poderemos ser objeto de riso ou de desprezo, etc.

De acordo com Durkheim, quando nos habituamos a agir de acordo com os fatos sociais presentes na sociedade, deixamos de sentir o seu poder de coerção. Ao falarmos a língua materna sequer percebemos que ela nos foi imposta por um processo de aprendizagem mais ou menos longo. Parece que ela 'nasceu conosco' e faz parte de nós desde sempre. É como se ela integrasse a nossa própria 'natureza'. Isso, afirma Durkheim, não é mera figura de linguagem. A língua que falamos incorpora-se à nossa natureza social. Com o tempo perdemos de vista até mesmo a primeira grande coerção exercida pelos fatos sociais, que é aquela produzida pela própria educação. Nós internalizamos os fatos sociais, transformando-os em modos de pensar, de agir, de sentir e de julgar precisamente através do processo educativo a que a geração que nos precede invariavelmente nos submete.

Ao contrariar um fato social, Durkheim não descarta a possibilidade de uma instituição ou indivíduo serem bem sucedidos. Isso, todavia, nunca ocorre sem que o fato social desencadeie o seu processo de resistência. Em todo caso, a mudança ocorrerá (na hipótese de um fato social vir a ser modificado ou suprimido) apenas quando não existem mais as causas coletivas ou estruturais que lhe deram origem e que exigiam e justificavam a sua subsistência.

O fato social pode ser modificado ou suprimido quando ele deixa de ser útil à sociedade que lhe deu origem. Em outras palavras, quando ele já perdeu a sua função. Enquanto a função ou utilidade do fato social for requerida pela estrutura da sociedade que o produziu, mesmo que o queiramos não conseguiremos mudá-lo ou suprimi-lo. E em acréscimo, ainda seremos punidos por contrariá-lo.

Por ser um produto de uma coletividade 'que é mais que a soma dos indivíduos que a compõem', um fato social só pode ser explicado causalmente por outros fatos sociais que o antecederam, isto é, historicamente. A coletividade a que se alude pode ser o conjunto da sociedade organizada em torno de um Estado (que Durkheim denomina sociedade política) ou algum grupo secundário que faz parte da sociedade política. Por exemplo, a família, um partido político, uma corporação profissional, uma escola literária ou uma classe social.

Ao serem considerados como coisa, os fatos sociais identificam-se com modos de pensar, de agir e de sentir exteriores a nós e que a sociedade nos impõe. Isto posto, os fatos sociais não são coisas materiais, apesar de dependerem de condições materiais presentes na sociedade. Os fatos sociais são coisas sociais que adquirem o caráter de representações coletivas ou, para usar uma expressão de Durkheim,

um 'estado da alma coletiva' e, poderíamos acrescentar, 'uma forma de movimento da alma coletiva'. Apesar de se manifestarem através das ações dos indivíduos, os fatos sociais independem da consciência individual e suas peculiaridades. Isso pode ser explicitado quando, ao eliminarmos as características singulares das ações individuais com a ajuda da estatística, 'depuramos' o fato social, deixando-lhe apenas o que tem de comum ou coletivo. Isto é, o que ele tem de lógico⁽¹⁾.

Durkheim resume a sua concepção de sociologia dizendo que ela é o "*método de estudo dos fatos sociais*" (1973, p.299). Ou então, como ele também chama de instituição "*todas as crenças e todos os modos de conduta instituídos pela coletividade*" (2002, p. 15), o que é um sinônimo para 'fato social', a "*sociologia pode então ser definida: a ciência das instituições, de sua gênese de seu funcionamento*" (1973, p. 384).

⁽¹⁾ Isso é desenvolvido pelo autor no curso proferido sob o título 'Sociologia e Pragmatismo'.

Referências Bibliográficas

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. In: CIVITA, Victor (Ed.). Comte/Durkheim. São Paulo, 1973. (Coleção Os Pensadores).

_____. **Les règles de la méthode sociologique**. Versão eletrônica produzida por Jean-Marie Tremblay. 2002. (Coleção Les Classiques des Sciences Sociales). Endereço de acesso: http://www.uqac.quebec.ca/zone30/Classiques_des_sciences_sociales/index.html

_____. **Pragmatisme et sociologie**. Versão eletrônica produzida por Gemma Paquet. 2002. (Coleção Les Classiques des Sciences Sociales). Endereço de acesso: http://www.uqac.quebec.ca/zone30/Classiques_des_sciences_sociales/index.html

Bibliografia Complementar

ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

BOTTOMORE, T. B. **Introdução à sociologia**. Rio de Janeiro: LTC, 2001.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

_____. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

_____. **Ciência social e ação**. São Paulo: Difel, 1970.

_____. **Educação e Sociologia**. São Paulo: Melhoramentos/FENAME, 1978.

_____. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

_____. **Evolução pedagógica. Porto Alegre**: Artes Médicas, 1995.

_____. **Sociologia, pragmatismo e filosofia**. Porto: Rés, s.d.

_____. **Sociologia, Educação e Moral**. Porto: Rés, [1984].

_____. **Sociologia e filosofia**. Rio de Janeiro: Forense, 1970.

_____. **O suicídio: estudo sociológico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

DUVIGNAUD, Jean. **Durkheim**. Lisboa: Edições 70, 1982.

GINER, Salvador. **Historia del pensamiento social**. Barcelona: Ariel, 1997.

GURVITCH, Georges. **Vocação atual da sociologia**. Lisboa: Cosmos, 1973.

JOHNSON, Harry. **Introdução sistemática ao estudo da sociologia**. Rio de Janeiro: Lidaador, 1967.

LEVINE, Donald. N. **Visões da tradição sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

MERTON, Robert. K. **Sociologia: teoria e estrutura**. São Paulo: Mestre Jou, 1968.

MORRISH, Ivor. **Sociologia da educação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

RODRIGUES, José Albertino (Org.). **Durkheim**. São Paulo: Ática, 2004.

TIMASHEFF, Nicholas. **Teoria sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

ATIVIDADE

ATIVIDADE DA UNIDADE: Entre em contato com o professor para receber as informações referentes a esta atividade.

UNIDADE B

Ideologia e Ciência

Objetivos

- Abrir o debate sobre ideologia e ciência
- Debater o papel do preconceito e do uso da linguagem habitual na ciência
- Caracterizar o método sociológico em seu formato indutivo

Introdução

Na presente unidade será dada ênfase à ferramenta que, segundo Durkheim, faculta a investigação sociológica: o método.

Depois de diferenciar 'ideologia' e 'ciência' e nos alertar para a necessidade de termos especial atenção para com nossos preconceitos e para com o uso das palavras em seu significado habitual, Durkheim desenha uma proposta metodológica de caráter indutivo.

A indução parte da percepção sensorial do objeto para chegar, através de comparações com objetos do mesmo tipo, a uma teoria do objeto investigado.

1. Ideologia e Ciência

Tendo em vista a necessidade permanente de regular sua conduta em meio às coisas (ou fatos sociais) que constituem o ambiente social em que vivem, os indivíduos são levados a desenvolver espontaneamente suas próprias concepções sobre elas. Assim, cada um de nós formula noções próprias sobre o Estado, o crime, a família, a religião, etc.

Tais noções, afirma Durkheim, estão longe de serem as “substitutas legítimas das coisas” (2002, p. 24) ou os elementos de uma ‘ciência da realidade’. Na medida em que essa elaboração teórica visa à obtenção de efeitos úteis desejados pelos indivíduos, as coisas são pensadas de acordo com o que têm de bom ou de ruim, de melhor ou de pior, e não segundo a sua realidade ou objetividade. Ao mesmo tempo, os fatos sociais não estarão, nessa circunstância, sendo pensados de acordo com o seu passado e o seu presente, sua gênese, seu funcionamento e sua estrutura. As coisas serão concebidas em relação a estados futuros que se deseja atingir, ou seja, de acordo com determinados projetos ou certo ‘dever ser’.

Tal forma de pensar cotidiana que elabora conceitualmente aquilo que Durkheim denomina ‘a experiência vulgar’, o autor denomina análise ideológica. Mesmo sendo teoricamente falsas, as noções produzidas pela análise ideológica têm condições de exercer o útil papel de nos por em sintonia com o mundo que nos cerca. Entretanto, por ser desenvolvida na prática e para a prática, a ideologia⁽²⁾ mais encobre que desvela as leis da realidade. Ela seria uma espécie de véu que se interpõe entre nós e as coisas, mascarando-as.

Para produzirmos conhecimento científico ou objetivo dos fatos sociais, precisamos de uma ferramenta que discipline e oriente o nosso processo de investigação. Não se trata aqui de elaborarmos idéias das coisas para a simples obtenção de efeitos úteis de um estado futuro. A ciência aponta para a aquisição de verdades científicas entendidas como o conhecimento das causas que produzem os fatos sociais, das leis de seu desenvolvimento e das leis de seu funcionamento. Portanto, não se tem agora a preocupação com o futuro, mas com o passado e com o presente. Não interessa para a ciência aquilo que deve ser, mas aquilo que foi e aquilo que é.

A ferramenta necessária à produção de verdades científicas é o método científico, um conjunto de regras e procedimentos que nos conduz gradativamente a conceitos e teorias que *“exprimem adequadamente as coisas tal como são e não como seria útil à prática concebê-las”* (DURKHEIM, 1973, p. 410).

Antes de mais nada, deve-se considerar os fatos sociais como coisas. Em virtude de serem realizados através da ação dos indivíduos

⁽²⁾ Nome dado ao produto da análise ideológica.

associados, os fatos sociais são dotados de uma realidade objetiva que independe dos indivíduos e que deriva de seu caráter social ou coletivo. O fundamento disso está na associação dos indivíduos e não na ação individual. A ação individual só adquire caráter social quando integrada a uma relação social.

Quando consideramos os fatos sociais como coisas ou objetos que independem da subjetividade individual (mas que penetram e se integram a ela através da sua força coercitiva), podemos utilizar o método adotado para a investigação dos fenômenos físicos, químicos ou biológicos (os fatos naturais em geral). Isto é, as próprias sociedades humanas devem ser consideradas como parte da natureza, apesar do caráter específico de sua realidade, contrastante com a realidade astronômica, física, química, biológica ou psicológica.

Como parte da natureza, os fatos sociais são produzidos do mesmo modo que os outros fatos naturais, ou seja, através de relações de causa e efeito reguladas por leis que podem ser racionalmente expressas (pela razão de serem elas próprias racionais). Fundando-se, entretanto, na ação de indivíduos associados que se orientam subjetivamente por suas próprias análises ideológicas (o que elimina o caráter mecanicista dos fenômenos sociais), a causalidade social e sua legalidade adquirem um caráter histórico. Assim, a natureza das sociedades humanas e de seus elementos constitutivos explicita-se na sua história.

O pesquisador deve esforçar-se por se livrar do 'véu conceitual' criado pela ideologia, aquele resultado permanente das análises ideológicas através das quais os indivíduos dão sentido às suas ações cotidianas. Durkheim usa a expressão baconiana⁽³⁾ 'prenoção' ou 'preconceito' para designar os produtos da análise ideológica que devem ser identificados e tirados do caminho da investigação. Isso sugere que toda pesquisa deve passar pela crítica atenta dos preconceitos e pelo seu afastamento ou descarte.

O pesquisador precisa por em questão o significado habitual das palavras que utiliza e o conteúdo de concepções que adquiriu através da educação e por meio da elaboração teórica (análise ideológica) de suas práticas.

O uso de conceitos elaborados fora da prática científica deve ser rigorosamente rejeitado. No âmbito da investigação, conceitos como 'Estado', 'religião', 'incesto', 'partido político', 'família', etc., precisam sofrer uma completa reelaboração com a ajuda do método científico. 'Estado', por exemplo, é uma palavra que pode ter vários significados em seu uso corrente (ou, para usar a expressão durkheimiana, como 'categoria empírica'). É provável que a investigação científica chegue a um significado completamente diferente dos habituais.

⁽³⁾ Um dos fundadores da ciência moderna, Francis Bacon (1561-1626) é o autor da obra em que o método científico passa a ser identificado com a indução fundada na experiência, o *Novum Organum*.

O descarte das prenoções ou da ideologia pode ser muito difícil e envolver sentimentos e convicções que nos são caros. Pensemos, por exemplo, na dificuldade da avaliação crítica de nossas convicções políticas ou religiosas quando vamos investigar cientificamente a política partidária e as religiões.

Uma vez feito esse trabalho de desbaste (que se pode estender por todo o período da investigação), torna-se necessário identificar um grupo de fatos sociais a serem pesquisados. Tais fenômenos devem ser agrupados através de uma definição inicial que seja redigida a partir dos seus aspectos comuns mais superficiais e visíveis. Isso significa que o trabalho teorizador da sociologia deve partir de sensações produzidas em nós pela própria natureza dos fatos sociais.

Como as sensações podem ser enganadoras em virtude de seu caráter subjetivo⁽⁴⁾, deve-se trabalhar para que elas sejam o mais possível corrigidas e controladas. Na física ou na química isso é feito com o uso do termômetro, por exemplo, para dar maior precisão aos níveis de calor ou de frio. No caso da sociologia, o 'aspecto mais visível' e 'controlado' de um fato social pode estar em documentos como um código jurídico, um regimento escolar ou um programa partidário.

Se vamos investigar um objeto previamente definido pelos seus aspectos comuns superficiais, como a família patriarcal, precisamos levantar os registros, preferencialmente escritos, que existam sobre isso. Devem-se procurar as regulamentações jurídicas, constituições políticas e textos religiosos, por exemplo, de várias épocas da evolução de uma sociedade e de várias sociedades diferentes. Através de comparações sucessivas, eliminamos as singularidades locais e temporais para obtermos as características mais gerais das famílias patriarcais pesquisadas.

Assim, destacaríamos das inúmeras manifestações particulares do fato social a sua realidade essencial. Ou seja, o fato social seria, através de um caminho que parte das sensações para chegar à teoria (e isso é o que chamamos de indução), evidenciado pelas suas causas e pelas suas leis reguladoras; pela sua gênese e pelo seu funcionamento. Por meio da indução o fato social seria depurado de suas manifestações individuais e reconstituído teoricamente na pureza de sua realidade social, isto é, em sua verdade científica.

⁽⁴⁾ Apesar de já serem mediatizadas pela linguagem.

Referências Bibliográficas

DURKHEIM, Émile. As regras do método sociológico. In: CIVITA, Victor (Ed.). **Comte/Durkheim**. São Paulo, 1973. (Coleção Os Pensadores).

_____. **Les règles de la méthode sociologique**. Versão eletrônica produzida por Jean-Marie Tremblay. 2002. (Coleção Les Classiques des Sciences Sociales). Endereço de acesso: http://www.uqac.quebec.ca/zone30/Classiques_des_sciences_sociales/index.html

Bibliografia Complementar

ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

BOTTOMORE, T. B. **Introdução à sociologia**. Rio de Janeiro: LTC, 2001.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

_____. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

_____. **Ciência social e ação**. São Paulo: Difel, 1970.

_____. **Educação e Sociologia**. São Paulo: Melhoramentos/FENAME, 1978.

_____. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

_____. **Evolução pedagógica**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

_____. **Sociologia, pragmatismo e filosofia**. Porto: Rés, s.d.

_____. **Sociologia, Educação e Moral**. Porto: Rés, [1984].

_____. **Sociologia e filosofia**. Rio de Janeiro: Forense, 1970.

_____. **O suicídio: estudo sociológico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

DUVIGNAUD, Jean. **Durkheim**. Lisboa: Edições 70, 1982.

GINER, Salvador. **Historia del pensamiento social**. Barcelona: Ariel, 1997.

GURVITCH, Georges. **Vocação atual da sociologia**. Lisboa: Cosmos, 1973.

JOHNSON, Harry. **Introdução sistemática ao estudo da sociologia**. Rio de Janeiro: Lidaador, 1967.

LEVINE, Donald. N. **Visões da tradição sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

MERTON, Robert. K. **Sociologia: teoria e estrutura**. São Paulo: Mestre Jou, 1968.

MORRISH, Ivor. **Sociologia da educação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

RODRIGUES, José Albertino (Org.). **Durkheim**. São Paulo: Ática, 2004.

TIMASHEFF, Nicholas. **Teoria sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.



ATIVIDADE

ATIVIDADE DA UNIDADE: Entre em contato com o professor para receber as informações referentes a esta atividade.

UNIDADE C

Sociedade e Educação

Objetivos

- Estabelecer uma relação funcional entre educação e sociedade;
- Apontar a dimensão comum e a dimensão diferenciada da educação;
- Caracterizar a produção social das individualidades como uma determinação da ação educativa.

Introdução

Há uma ligação íntima entre a educação e a preservação e continuidade da sociedade em seu conjunto. Por meio da educação a geração adulta incorpora à vida social a nova geração, garantindo, desse modo, a própria subsistência histórica da sociedade.

A educação diversifica-se de acordo com a complexidade interna da sociedade, em especial aquela derivada da divisão do trabalho social, varia de sociedade para sociedade e se altera no decorrer da evolução de uma mesma sociedade.

A educação põe no lugar do 'ser egoísta' que é o indivíduo ao nascer, um 'ser social' que o capacita para as exigências da vida social.

1. Sociedade e Educação

A educação tem um papel central na argumentação sociológica de Émile Durkheim. Para ele, sociedade e indivíduo implicam-se. Ou seja, as instituições sociais subsistem através da ação dos indivíduos. Ao mesmo tempo, os indivíduos adquirem as capacidades necessárias à vida em sociedade internalizando intelectual e fisicamente os fatos sociais que constituem a sociedade (língua, religião, técnicas produtivas e artísticas, etc.). A mediação que produz essa mútua implicação de sociedade e indivíduos é a educação.

De acordo com Durkheim, a própria educação tem as características de um fato social. Os processos educativos têm uma objetividade que os fazem independê-los dos indivíduos que os protagonizam, impondo-se a eles. Não podemos pensar e fazer educação arbitrariamente. Os processos educativos que se articulam em um sistema de educação constituem-se e funcionam de acordo com as exigências da estrutura social de uma época histórica.

As possibilidades de modificação do sistema de educação dependem de mudanças que porventura vierem a ocorrer na própria estrutura social. Na linguagem do autor, o sistema educacional está implicado na estrutura social. Trocando em miúdos, o sistema educativo apresenta laços de integração e dependência com a língua falada, com o sistema produtivo, com as instituições religiosas, com o estado das ciências, com a organização familiar, com a organização política da sociedade, etc.

A íntima ligação do sistema educacional com a estrutura social faz com que a educação só possa ser pensada nos limites de um determinado tempo e de um determinado lugar. Tal condicionamento histórico e geográfico indica que na prática não há uma educação em geral, válida universalmente, mas formas específicas de educação e de sistemas educativos para cada sociedade e para diferentes épocas da sua evolução. Uma sociedade vai modificar seu sistema de educação em acordo com as suas transformações históricas, e cada sociedade diferente vai, numa mesma época, apresentar sua forma particular de educar.

Além disso, deve-se levar em conta que existirão tantos processos de educação quantas forem as diferenciações funcionais produzidas pelos modos de fazer (a fisiologia social) e seus respectivos modos de ser (a morfologia social) da sociedade. Assim, a educação no campo será diferente da educação urbana. A educação entre os católicos será diferente da educação entre os muçulmanos. A educação do empresário será diferente da educação do operário. Em especial, haverá tantas formas de educação quantas forem as profissões e funções criadas pela divisão do trabalho social. Uma mesma pessoa pode ser educada

por uma família burguesa, pela Igreja Luterana, para ser engenheiro e para militar politicamente em um partido liberal.

Entretanto, a sociedade não conseguiria manter-se coesa, se não houvesse uma contrapartida às múltiplas formas de educação requeridas pelas diferenciações internas de sua estrutura. Essa contrapartida precede as diferentes “educações” e se apresenta como uma educação comum a todos os membros da sociedade. Por exemplo, em uma sociedade de castas como a da Índia, cada casta tem sua própria educação. Ao mesmo tempo, todas elas são educadas de acordo com uma concepção religiosa comum, que sacraliza e legitima o sistema de castas como um todo. Nas sociedades de classes, como a da França contemporânea de Durkheim ou a nossa atual, a educação comum seria expressa em uma língua comum, em valores nacionais compartilhados, em determinados valores morais.

Por essa razão, Durkheim considera que toda sociedade, em determinado período de seu desenvolvimento, requer que os indivíduos sejam educados à sua imagem e semelhança. Dito em outras palavras, a formação individual deve preencher as exigências da estrutura social. Isso faz com que a educação comum dê-se segundo um ideal de ser humano, ou seja, *“aquilo que o homem deve ser tanto do ponto de vista intelectual quanto físico e moral”* (1973, p. 50). Não um ideal de ser humano geral, válido para todos os tempos e lugares, mas plenamente adaptado às exigências presentes da sociedade.

As sociedades medievais européias, por exemplo, educavam de acordo com um ideal humano fundado em valores cristãos plenamente compatíveis com a sua estrutura. Se tentássemos hoje educar uma criança de acordo com o ideal humano medieval, ela teria uma enorme dificuldade para se integrar ao meio social e viver de acordo com as suas demandas. O ideal humano, portanto, atua como um regulador da educação, determinando-lhe os fins mais gerais e importantes.

Tanto a educação comum quanto as formas particulares de educação (da família, da classe social, da igreja...) combinam-se para desenvolver nos indivíduos que são ao nascer totalmente destituídos de sociabilidade, egoístas, uma ‘natureza social’ ou ser social. Através da educação os indivíduos vão internalizar uma espécie de resumo da estrutura social geral e uma qualificação particular para exercer sua função na divisão do trabalho social.

O ser social é constituído dos fatos sociais que constituem, por seu turno, a própria sociedade. Através da educação, ela própria um fato social, os indivíduos vão incorporar os fatos sociais (as representações coletivas do pensar, do fazer e do sentir de acordo com a estrutura social), tendo-os transformados em modos de pensar, fazer e sentir individuais.

Como esse não é um processo mecânico de impressão, os fatos sociais internalizados pelos indivíduos através da educação vão ser modificados por eles dentro de certos limites, em virtude das próprias singularidades. Em uma sociedade todos falarão uma língua comum, mas o modo como cada um vai falá-la apresentará variações e peculiaridades.

Quanto mais o indivíduo transformar em hábito os modos coletivos de pensar, agir e sentir, menos ele sentirá a coerção objetiva dos fatos sociais. Gradativamente, a repetição prática individual das representações e ações coletivas ou sociais faz com que elas deslizem para o plano do inconsciente (entendido como a identidade completa do indivíduo com o fato social). De tal modo que fazê-las vir à tona da consciência exigirá um esforço específico de reflexão que nem sempre é possível ou bem sucedido. Agir de tal ou qual maneira torna-se 'normal'.

Durkheim utiliza-se de seu método indutivo ou comparativo (2002) para chegar a uma definição geral de educação. Cotejando as diferentes formas de educação registradas nas diversas sociedades, em diferentes épocas de seu desenvolvimento, ele procura destacar as características comuns a todas elas.

Rejeitando as teorias que consideram a educação um conjunto de atividades destinadas a facilitar e energizar o desenvolvimento harmônico de faculdades já presentes em germe em uma suposta natureza humana universal (sua crítica dirige-se especificamente às concepções do filósofo alemão Emmanuel Kant), Durkheim afirma que os seres humanos nascem apenas com disposições congênitas muito gerais, vagas e plásticas. É ao determinar essas 'disposições vagas' que a educação vai superpor ao 'ser individual egoísta' um 'ser social'. Assim, se podemos falar em uma 'natureza humana', só o podemos fazer se nos referirmos ao ser social que o processo educativo produz em nós.

Ora, o ser social só pode ser produzido na nova geração pela geração que a precede. É a ação dos adultos sobre os mais jovens a responsável, em um só ato, por integrar os novos indivíduos à sociedade e por, exatamente através disso, reproduzir as condições de existência da sociedade, assegurando-lhe a continuidade.

Em seu esforço indutivo, Durkheim chega à seguinte fórmula geral: *"A educação é a ação exercida pelas gerações adultas sobre aquelas que ainda não estão maduras para a vida social. Ela tem por objeto suscitar e desenvolver na criança um certo número de estados físicos, intelectuais e morais que exigem dela tanto a sociedade política em seu conjunto quanto o meio social a que está particularmente destinada"* (1973, p. 51). Disso resulta que *"a educação consiste em uma socialização metódica da jovem geração"* ⁽⁵⁾.

⁽⁵⁾ Ibid., p.51.

Referências Bibliográficas

DURKHEIM, Émile. **Éducation et sociologie**. Paris: PUF, 1973.

_____. **Les règles de la méthode sociologique**. Versão eletrônica produzida por Jean-Marie Tremblay. 2002. (Coleção Les Classiques des Sciences Sociales). Endereço de acesso: http://www.uqac.quebec.ca/zone30/Classiques_des_sciences_sociales/index.html.

Bibliografia Complementar

ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

BOTTOMORE, T. B. **Introdução à sociologia**. Rio de Janeiro: LTC, 2001.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

_____. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

_____. **Ciência social e ação**. São Paulo: Difel, 1970.

_____. **Educação e Sociologia**. São Paulo: Melhoramentos/FENAME, 1978.

_____. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

_____. **Evolução pedagógica**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

_____. **Sociologia, pragmatismo e filosofia**. Porto: Rés, s.d.

_____. **Sociologia, Educação e Moral**. Porto: Rés, [1984].

_____. **Sociologia e filosofia**. Rio de Janeiro: Forense, 1970.

_____. **O suicídio: estudo sociológico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

DUVIGNAUD, Jean. **Durkheim**. Lisboa: Edições 70, 1982.

GINER, Salvador. **Historia del pensamiento social**. Barcelona: Ariel, 1997.

GURVITCH, Georges. **Vocação atual da sociologia**. Lisboa: Cosmos, 1973.

JOHNSON, Harry. **Introdução sistemática ao estudo da sociologia**. Rio de Janeiro: Lidaador, 1967.

LEVINE, Donald. N. **Visões da tradição sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

MERTON, Robert. K. **Sociologia: teoria e estrutura**. São Paulo: Mestre Jou, 1968.

MORRISH, Ivor. **Sociologia da educação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

RODRIGUES, José Albertino (Org.). **Durkheim**. São Paulo: Ática, 2004.

TIMASHEFF, Nicholas. **Teoria sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.



ATIVIDADE

ATIVIDADE DA UNIDADE: Entre em contato com o professor para receber as informações referentes a esta atividade.

UNIDADE D

Estado e Educação

Objetivos

- Discutir a concepção durkheimiana de 'Estado';
- Relacionar 'Estado' e educação;
- Vincular a educação comum à preservação da coesão social.

Introdução

Na Unidade D daremos ênfase à educação que Durkheim denomina 'comum'. Tal formação comum assegura aos indivíduos situados em posições muito diferentes na sociedade aquele mínimo de homogeneidade em seu 'ser social' sem a qual a coesão social fica comprometida: o ensino de uma língua comum, valores nacionais e valores religiosos, por exemplo.

A quem caberia assegurar a formação comum dos indivíduos de uma sociedade complexa? Não poderia ser uma instituição privada como a família ou uma igreja, portadores que são de visões parciais da sociedade e interesses privados.

Para o autor que ora estudamos, a garantia da educação comum deve caber a uma instituição que estaria acima dos interesses parciais: o Estado.

1. Estado e Educação

Muitas expressões utilizadas em sua teoria sociológica foram retiradas da biologia e da medicina. Durkheim constrói uma concepção de sociedade lançando mão de palavras como 'fisiologia', 'morfologia', 'função', 'patologia', etc. Elas sugerem a constituição de uma metáfora organicista para dar conta dos fenômenos produzidos pelo 'corpo social', que seria a sociedade em seu conjunto. O corpo social é considerado como uma realidade diferenciada, tendo o caráter de uma 'pessoa moral'. Trata-se de uma totalidade de representações coletivas ou fatos sociais que determina a formação e o comportamento dos indivíduos em tal ou qual sentido.

Os fatos sociais apresentam-se como modos de fazer sociais. Durkheim agrupa-os sob a expressão 'fisiologia social'. Tais modos de fazer produzem as condições organizacionais e físicas de seu exercício. A educação escolar, por exemplo, requer edifícios, bibliotecas, laboratórios, salas de aula organizadas de determinada maneira, determinadas formas de gestão e financiamento, etc. São os 'modos de ser' da sociedade, agrupados sob a expressão 'morfologia social'.

Os modos de fazer coletivos correspondem ao exercício das funções sociais, ou seja, à produção dos efeitos úteis necessários à manutenção do 'organismo social'. Os modos de ser coletivos constituem o substrato organizacional e material dos modos de fazer ou das funções fisiológicas da sociedade.

Modos de fazer e modos de ser não se opõem, constituindo apenas aspectos diferentes de um mesmo processo. Somente por abstração podemos dissociá-los. Se do ponto de vista de sua função a educação é constituída por um conjunto de práticas (uma aula, por exemplo), quando a vemos do ângulo de sua morfologia ela se apresenta na forma de um currículo, de um sistema jurídico regulador, de um sistema de edifícios, etc. Sem o suporte material de sua morfologia, os processos educativos não poderiam realizar suas funções fisiológicas, do mesmo modo que a respiração seria impossível sem os pulmões.

É no quadro da metáfora biológica que Durkheim desenvolve a sua concepção de Estado. Para ele o Estado corresponde ao 'cérebro' do organismo social, posicionando-se em seu centro.

O Estado propriamente dito é apenas o conjunto de corpos sociais que têm a qualidade para falar e para agir em nome da sociedade. Quando o Parlamento votou uma lei, quando o governo tomou uma decisão nos conselhos de sua competência, toda a coletividade se encontra por isso mesmo vinculada (2002, p.4).

Da definição estrita do Estado como cérebro da sociedade ficam excluídos os órgãos de 'administração secundária'⁽⁶⁾. Estes se situam "sob a ação do Estado, mas não o constituem"⁽⁷⁾.

O Estado é um órgão de reflexão social dotado de papel mediador. Ele não cria ou inventa a vida coletiva nem é a "causa primeira da solidariedade que une ali as diversas funções"⁽⁷⁾. Isso ficaria evidenciado pela existência de sociedades sem Estado. Nessas coletividades sem centro a coesão social é produzida pelas "tendências, pelas crenças espalhadas por todas as consciências e que as movem obscuramente"⁽⁷⁾. Não tendo um centro mediador a sociedade comporta-se como uma 'multidão permanente', "dentro da qual apenas as pressões mais violentas, nem sempre as mais razoáveis, chegam ao ato"⁽⁷⁾, ou seja, prevalecem e se realizam.

O Estado, como órgão reflexivo do organismo social vai, a partir de uma visão de todas as partes componentes da sociedade⁽⁸⁾, comparar os diversos interesses e pressões, selecionando-as, fazendo alguma prevalecer ou recombinação-as de acordo com o que for melhor para o conjunto social e contribuindo, assim, para determinar a consciência coletiva.

Historicamente o Estado teria evoluído de uma atividade baseada principalmente na violência guerreira voltada para a conquista de novos territórios e para a incorporação de novas populações, para uma atividade predominantemente jurídica. A atividade militar estar-se-ia tornando excepcional e a atividade legisladora adquirindo um caráter cotidiano e permanente. Cada vez mais esferas da vida coletiva estariam sendo regulamentadas por códigos jurídicos (o comércio, a família, a indústria, etc.). Essa progressiva regulação jurídica das relações sociais através de códigos escritos mediria o 'progresso da justiça' pelo grau de respeito de que são objeto os assim chamados direitos do indivíduo.

Segundo Durkheim os direitos individuais vão-se multiplicando e tomando um caráter cada vez mais social. De categoria social desprezada no passado, o indivíduo vai adquirindo um caráter cada vez mais 'sagrado'. Isso ampliaria o papel do Estado como 'órgão civil da justiça'.

Caberá ao Estado o combate às injustiças derivadas da desigualdade, já que ela é a fonte principal da injustiça. Ou seja, o Estado não pode permitir que a superioridade derivada de posições de classe, de corporações ou de qualquer outro tipo de associação ou condição social venha a passar por cima dos direitos do indivíduo assegurados em lei.

É sua posição central (eqüidistante?) em relação aos diversos grupos de interesse particular e sua maior informação sobre as neces-

⁽⁶⁾ Tratar-se-ia de órgãos estritamente executivos.

⁽⁷⁾ Ibid., p.4.

⁽⁸⁾ Portanto, muito mais bem informado que qualquer uma delas – a exemplo das classes, profissões, famílias, regiões.

sidades de conjunto da sociedade que exigem do Estado um papel também central na educação.

Para assegurar sua continuidade, a sociedade precisa reproduzir seus vários componentes parciais (famílias, classes sociais, profissões, etc.). Essa reprodução é assegurada com o auxílio de formas particulares de educação adequadas a cada classe social, família, profissão (ou ainda igreja, partido político, sindicato, etc.). Tais 'educações' são desenvolvidas privadamente, sem a necessidade da intervenção do Estado.

Quanto mais complexa e diversificada a divisão do trabalho social, maior o número de formas diferentes de educação. Entretanto, como a sociedade é um conjunto ou totalidade que 'excede a soma de seus elementos constitutivos', a coesão social ficaria comprometida se a nova geração não fosse também educada de acordo com as exigências da sociedade política (ou, o que é o mesmo, de acordo com a sociedade em seu conjunto)⁽⁹⁾. Esta requer o que Durkheim denomina "estados físicos e mentais" comuns definidos por um certo "ideal de ser humano" (1973).

Embora esse ideal de ser humano não seja inventado pelo Estado, mas produzido pela sociedade em decorrência de suas necessidades estruturais, competiria ao ele, Estado, garantir que os currículos escolares, através de escolas públicas e particulares (mas principalmente por meio das escolas públicas), educassem tendo como fim "*uma suficiente comunidade de idéias e de sentimentos sem a qual toda sociedade é impossível*" (1973 p. 59).

Durkheim enfatiza que o Estado não deve monopolizar a educação, mas deve submeter ao seu controle o ensino privado, garantindo que esse também contribua para a educação comum.

Em sintonia com o seu tempo e com a sociedade⁽¹⁰⁾ em que vivia, a França do fim do século XIX e início do XX, Durkheim considerava que o papel do Estado na educação, ao conseguir produzir nos indivíduos da nova geração a constituição de uma "*suficiente comunidade de idéias*", adquiria um caráter particularmente delicado em virtude "*do estado de divisão em que estão atualmente os espíritos*" (1973 p. 60). Apesar disso, estava convicto de que "a despeito de todas as dissidências"⁽¹¹⁾, haveria

na base da nova civilização, um certo número de princípios que, implícita ou explicitamente, são comuns a todos; que bem poucos, em todo caso, ousam negar abertamente e face a face: respeito da razão, da ciência, das idéias e sentimentos que

⁽⁹⁾ Durkheim chega a usar a expressão 'sociedade política' para designar o Estado. Seria o 'corpo social' enquanto consciente de si mesmo.

⁽¹⁰⁾ Trata-se de sociedades em processo de industrialização capitalista, no quadro da constituição dos Estados nacionais. Tal contexto testemunhava a ocorrência de freqüentes conflitos sociais, particularmente entre operários industriais e empresários.

⁽¹¹⁾ Ibid., p.60.

estão na base da moral democrática. O papel do estado é o de individualizar estes princípios essenciais, fazê-los ensinar nas escolas, velar para que em lugar algum sejam ignorados pelas crianças e que por toda parte sejam expostos com o respeito que lhes é devido. Há, com relação a isso, uma ação a exercer que será talvez tanto mais eficaz quanto menos agressiva for, e menos violenta, sabendo-se conter dentro de sábios limites⁽¹²⁾.

⁽¹²⁾ Ibid., p.61.

Referências Bibliográficas

DURKHEIM, Émile. **Éducation et sociologie**. Paris : PUF, 1973.

_____. **L'État**. Versão eletrônica produzida por Jean-Marie Tremblay. 2002. (Coleção Les Classiques des Sciences Sociales). Endereço de acesso: http://www.uqac.quebec.ca/zone30/Classiques_des_sciences_sociales/index.html.

Bibliografia Complementar

ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

BOTTOMORE, T. B. **Introdução à sociologia**. Rio de Janeiro: LTC, 2001.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

_____. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

_____. **Ciência social e ação**. São Paulo: Difel, 1970.

_____. **Educação e Sociologia**. São Paulo: Melhoramentos/FENAME, 1978.

_____. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

_____. **Evolução pedagógica**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

_____. **Sociologia, pragmatismo e filosofia**. Porto: Rés, s.d.

_____. **Sociologia, Educação e Moral**. Porto: Rés, [1984].

_____. **Sociologia e filosofia**. Rio de Janeiro: Forense, 1970.

_____. **O suicídio: estudo sociológico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

DUVIGNAUD, Jean. **Durkheim**. Lisboa: Edições 70, 1982.

RODRIGUES, José Albertino (Org.). **Durkheim**. São Paulo: Ática, 2004.



ATIVIDADE

ATIVIDADE DA UNIDADE: Entre em contato com o professor para receber as informações referentes a esta atividade.

UNIDADE E

Ciência da Educação e Pedagogia

Objetivos

- Distinguir 'educação', 'ciência da educação' e 'pedagogia';
- Justificar a importância da pedagogia nas sociedades complexas em mudança;
- Relacionar pedagogia com reflexão para a resolução de problemas da educação.

Introdução

A presente unidade desenvolve a diferenciação feita por Durkheim de educação, ciência da educação e pedagogia. Não se trata de hierarquizar-las de algum modo, segundo determinados valores. O caso é investigar os três fenômenos como 'fatos sociais'.

A educação é identificada com as práticas correntes da ação formativa da nova geração. A sociologia ou ciência da educação corresponde à representação científica ou indutiva da educação. A pedagogia, por seu turno, corresponde aos processos reflexivos através dos quais os educadores procuram sintonizar suas práticas educativas com as mudanças que se efetivam na própria estrutura da sociedade.

1. Ciência da Educação e Pedagogia

“O sistema de educação está implicado na estrutura da sociedade” (DURKHEIM, 1973, p.72). Essa frase, que resume a teoria durkheimiana das relações de sociedade e educação, afirma que o sistema de educação pode ser explicado pela estrutura da sociedade. Aliás, o sistema de educação integra a estrutura da sociedade. Para cada estrutura social termos, assim, um sistema de educação correspondente. Quando a estrutura social modifica-se, altera-se o sistema de educação de modo correspondente, até que se adapte à mudança sofrida pela estrutura social.

A expressão ‘sistema de educação’ leva em conta a multiplicidade de ações educativas exigidas pela sociedade, de acordo com o seu grau de complexidade e, também, com a relação entre a educação comum necessária a toda e qualquer sociedade e as “educações” especializadas que decorrem das divisões e diferenciações internas da sociedade, com destaque para a divisão do trabalho social. Mais que isso, o sistema educativo manterá uma relação específica com os outros sistemas que compõem o “organismo social”. Falo do sistema econômico, do sistema religioso, do sistema partidário, etc. Para determinado sistema religioso, teremos determinada educação. Frente a uma alteração no sistema religioso, corresponderá uma modificação na educação religiosa.

Ao transmitir à nova geração os modos de fazer, os modos de pensar, os modos de conduzir as emoções e os movimentos corporais exigidos pela sociedade, a geração adulta, através da educação, reproduz as condições de existência da sociedade em cada indivíduo. Isso faz com que ao realizar suas ações pessoais cada indivíduo contribua para a subsistência da própria estrutura social.

No entanto, a história indica para a sociologia que uma sociedade pode transformar-se no decorrer do tempo. Seguindo a lógica da argumentação durkheimiana, isso significa que em determinadas circunstâncias, a sociedade coage os indivíduos a protagonizarem mudanças sociais. Isso ocorre, por exemplo, quando uma modificação na divisão do trabalho social exige uma correspondente mudança na prática educativa escolar.

Na condição de fato social, a educação impõe-se coercitivamente não apenas às gerações novas, que estão sendo preparadas para vida em sociedade. Ela coage também os seus agentes. Nesse sentido, pais e professores são apenas representantes da sociedade. Nem os pais vão poder educar os seus filhos do modo como desejarem, nem os professores poderão inventar de acordo com suas idéias e preferências pessoais, uma maneira qualquer de educar seus alunos.

A educação é constituída por determinadas práticas de ensino,

instrumentos, conteúdos teóricos e práticos e por formas de organização e administração particulares, tal como o exige a reprodução na consciência e no corpo da nova geração das condições individuais de existência da sociedade.

Um educador pode realizar seu trabalho educativo sem jamais por em questão ou refletir sobre a sua arte. Ele foi educado para educar de determinada maneira e o faz sem questionamentos. Pensemos, por exemplo, no ancião que transmite às crianças e jovens toda a tradição oral de sua comunidade tribal.

Adotando as regras do método sociológico (durkheimiano) poderemos conhecer cientificamente a educação, ou seja, conhecê-la racionalmente (já que Durkheim identifica ciência e razão). Vamos tratá-la como “coisa” observável e lançar mão da indução (aquele método que se propõe a produzir teorias gerais a partir das sensações) para explicitar que racionalidade oculta-se nas representações sociais que constituem os processos educativos (lembramos que para Durkheim os fatos sociais são instituições que dependem de determinadas condições materiais mas que, eles próprios, não têm um caráter material. São objetivos; essa objetividade denota-se pela coerção que exercem sobre nós, mas não são materiais.).

Quando busca a verdade científica das representações sociais (uma religião, um sistema de educação, etc.), a investigação metódica não tem interesses práticos e, portanto, não tem prazos ou urgências. A produção da ciência da educação (ou sociologia da educação), por exemplo, pode vir a ter efeitos práticos, mas, em si mesma, a ciência é desinteressada (DURKHEIM, 2002). Ou melhor, seu único interesse é a obtenção da verdade científica. Uma das suas condições é, efetivamente, que na sua prática, façamos o possível para nos desprender de preconceitos (ou ideologias) e de todo e qualquer interesse, exceto o da produção de teorias que expressem adequadamente a realidade. Devemos entender por ‘adequadamente’ a teoria que apreende a realidade em sua gênese, ou seja, que represente as causas que lhe deram origem (as causas dos fatos sociais são sempre outros fatos sociais e não a ação individual); que expresse a lei ou as leis de seu funcionamento e a utilidade ou função exigida pela sociedade de um fato social.

Ao estudar a sua própria sociedade (a francesa do fim do século XIX e início do XX) desde uma perspectiva histórica, Durkheim identificava um processo permanente de ampliação e complexificação da divisão do trabalho social na base da sua evolução. A essa divisão do trabalho cada vez mais complicada corresponderia um desenvolvimento do individualismo. Não se trata aqui de um individualismo egoísta, mas do aumento progressivo da autonomia, da liberdade e das garantias jurídicas do indivíduo frente à coletividade a que pertence.

Faz parte da argumentação teórica de Durkheim a afirmação de que quanto mais complexa e mutável a organização da vida social, menos os indivíduos podem basear suas ações no hábito e nas tradições; e mais devem desencadear processos reflexivos (daí a maior exigência social de autonomia e liberdade para os indivíduos) diante das situações complexas e, principalmente, diante das situações novas.

O próprio processo educativo nessas circunstâncias exige métodos que levem em conta as diferenças individuais e inflitam para maior autonomia de pensamento e ação por parte dos alunos, suposta sempre a disciplina, sem a qual é impossível toda e qualquer vida em sociedade.

As mudanças mais ou menos rápidas dos elementos constitutivos da estrutura social dão origem a descompassos entre as necessidades estruturais da sociedade e a funcionalidade do sistema de educação. O sistema educativo pode apresentar com certa frequência defasagens em relação às necessidades sociais.

Como os educadores não podem aguardar os resultados da investigação científica sobre o sistema educacional e suas relações com a estrutura social, são obrigados a desenvolver projetos ou teorias que procurem resolver os problemas que forem aparecendo. Essas teorias não dizem respeito ao passado e ao presente da sociedade, pois isso é atributo da teoria científica. Elas apontam para o futuro, definem um dever ser para a educação (e não um 'ser', como se propõe a fazer a ciência, que investiga o que foi para conhecer o que é).

Ou seja, as teorias desenvolvidas pelos educadores para mudar a educação adaptando-a a modificações já ocorridas na sociedade, portanto, sincronizando-a com as novas necessidades da estrutura social, são teorias que guiam a prática ou 'teorias-práticas', como afirma Durkheim (não são práticas, pois não se identificam com os modos de fazer educativos; e não são teorias no sentido científico do termo, já que dizem respeito ao futuro e não ao passado e ao presente).

São tais 'teorias-práticas' que Durkheim denomina pedagogia. Nesse plano ele inclui as 'utopias educacionais' como as desenvolvidas por Platão, Rousseau e Pestalozzi. Tais utopias seriam a indicação objetiva de uma defasagem entre a educação praticada e as novas necessidades educativas da sociedade. Todavia, devido ao seu distanciamento da realidade social, jamais chegariam a se realizar, exercendo apenas o papel de crítica da educação vigente.

As 'teorias-práticas' pedagógicas que Durkheim (2001) aponta como necessárias e realizáveis são aquelas que os educadores desenvolvem para guiar a sua prática, principalmente diante das necessidades de mudança.

Para Durkheim, a escola de seu tempo exigia um educador sempre pronto a identificar os problemas (descompassos estruturais da escola

em relação à sociedade) e desenvolver 'teorias-práticas' para resolvê-los. Nesse esforço, duas ciências em particular poderiam instrumentar as reflexões docentes.

Em primeiro lugar, a sociologia, cada vez mais necessária para a definição dos fins da educação (já que a educação corresponde à reprodução, no indivíduo, da estrutura social, criando nele seu 'ser social').

A outra ciência de apoio seria a psicologia. Ela teria por objeto de investigação as leis de constituição e funcionamento da consciência. Os conhecimentos produzidos pela psicologia permitiriam o aperfeiçoamento dos meios da educação, sintonizando com as leis da consciência individual a prática educativa.

Durkheim delimita e diferencia conceitualmente 'educação', 'ciência da educação' (que é basicamente a sociologia da educação) e 'pedagogia'. Entrementes, tanto a pedagogia (incluindo as grandes utopias educacionais) quanto a ciência da educação, por exigência atual da estrutura social, integram a 'educação' dimensionada teoricamente como fato ou instituição social.

Referências Bibliográficas

DURKHEIM, Émile. **Éducation et sociologie**. [Paris]: PUF, 1973.

_____. **L'éducation morale**. Versão eletrônica produzida por Jean-Marie Tremblay. 2001. (Coleção Les Classiques des Sciences Sociales). Endereço de acesso: http://www.uqac.quebec.ca/zone30/Classiques_des_sciences_sociales/index.html.

_____. **Les règles de la méthode sociologique**. Versão eletrônica produzida por Jean-Marie Tremblay. 2002. (Coleção Les Classiques des Sciences Sociales). Endereço de acesso: http://www.uqac.quebec.ca/zone30/Classiques_des_sciences_sociales/index.html

Bibliografia Complementar

ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

BOTTOMORE, T. B. **Introdução à sociologia**. Rio de Janeiro: LTC, 2001.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

_____. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

_____. **Ciência social e ação**. São Paulo: Difel, 1970.

_____. **Educação e Sociologia**. São Paulo: Melhoramentos/FENAME, 1978.

_____. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

_____. **Evolução pedagógica**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

_____. **Sociologia, pragmatismo e filosofia**. Porto: Rés, s.d.

_____. **Sociologia, Educação e Moral**. Porto: Rés, [1984].

DUVIGNAUD, Jean. **Durkheim**. Lisboa: Edições 70, 1982.

RODRIGUES, José Albertino (Org.). **Durkheim**. São Paulo: Ática, 2004.

ATIVIDADE

ATIVIDADE DA UNIDADE: Entre em contato com o professor para receber as informações referentes a esta atividade.

UNIDADE F

Sociologia e reforma moral

Objetivos

- Discutir a moral desde um ponto de vista sociológico;
- Relacionar as necessidades das sociedades em mudança com a moral religiosa;
- Individualizar o papel da escola na propagação de uma moral laica.

Introdução

Durkheim concebe a evolução das sociedades como um processo em que elas se tornam cada vez mais complexas e expostas a mudanças. Sociedades em mudança tornando-se cada vez mais complexas criariam permanentemente situações novas que exigiriam rápidas adaptações das regras morais. As morais religiosas e tradicionais já não dariam conta do novo quadro social, sendo imperativo o desenvolvimento de uma moral não religiosa ou laica, de caráter racional, fundada nos conhecimentos obtidos pela ciência da sociedade e propagada principalmente através das escolas públicas.

1. Sociologia e reforma moral

REGRAS! – Essa palavra posta no plural começa a nos dar uma indicação daquilo que podemos entender sociologicamente por moral. Ao viver em sociedade as pessoas precisam seguir regras, muitas regras. Visto por outro ângulo, para que uma sociedade reproduza suas condições de existência é preciso que seus membros abram mão de boa parte das ações que poderiam realizar seguindo seu arbítrio pessoal, para dirigir seu fazer de acordo com determinados moldes ideais: as regras morais.

As regras morais são limites objetivos, externos ao nosso livre julgar individual. Não são, é certo, limites de ordem material como os muros e as grades. As regras morais são limites ideais ao nosso agir. São representações socialmente produzidas, transmitidas pela educação, transformadas em hábitos, desencadeadoras de punições quando não cumpridas. Sua repetição cotidiana faz com que cheguemos a 'esquecê-las'. O descumprimento de uma delas gera escândalo, revolta, indignação.

As regras morais são diferentes de outros tipos de regras presentes na sociedade em razão do incontornável ascendente que elas exercem sobre nós. Elas adquirem um caráter sagrado. Podemos modificar ou deixar de cumprir uma regra técnica de produção, uma regra de etiqueta à mesa ou uma regra de higiene pessoal. Somos impedidos, todavia, de modificar ou não cumprir uma regra moral. O incesto, por exemplo, tem a força de um tabu na maioria das organizações sociais. O homicídio é outro ato fortemente regulamentado por impedimentos e obrigações em toda sociedade conhecida. Deve ser observado, entretanto, que as regras morais variam de sociedade para sociedade e mudam de acordo com as diferentes épocas históricas de uma sociedade. O que é obrigatório para uma sociedade pode não sê-lo para uma outra.

O poder diferenciado da regra moral Durkheim denomina 'autoridade moral'. Trata-se de uma força particular que expressa o poder da sociedade sobre os indivíduos. São as necessidades da estrutura social impondo-se à ação dos indivíduos. O fato moral sintetiza, portanto, a regra e a autoridade. Essa síntese é designada pela palavra 'disciplina'. Isto é, o exercício da regra moral sob a coação da autoridade moral (uma autoridade que decorre da própria sociedade criadora das regras morais) requer que contemos ativamente determinados impulsos psicofísicos ou interesses egoísticos. Um sentimento de ódio, por exemplo, não será transformado em fúria assassina pelo exercício da disciplina moral que nos impõe a norma que veta matar uma pessoa.

A ação moral não se caracteriza pelos motivos individuais. Em determinadas circunstâncias, a ação moral pode até mesmo contrariar

interesses pessoais. Ela também não tem por objetivo o benefício de outro ou de outros indivíduos, como é o caso da esmola. Ela é impessoal e desinteressada, visando à preservação e desenvolvimento da sociedade. Se determinados indivíduos não têm meios mínimos de subsistência, o ato moral residiria em contribuir para a constituição de forças coletivas que possam ter a capacidade de alterar a produção e a distribuição do produto social, de modo que o problema seja eliminado.

Para Durkheim as regras morais constituem-se historicamente no interior das religiões. Desde seu ponto de vista sociológico, as religiões são apenas representações alegóricas ou simbólicas da sociedade. Dito de outra forma, uma religião não passa da sociedade representada simbolicamente. Isso conduz o autor a afirmar que do ponto de vista religioso as obrigações que os indivíduos têm para com a sociedade são representadas como obrigações para com uma ou várias divindades.

Em seu evoluir, as sociedades estariam gradativamente adquirindo maior complexidade em sua divisão do trabalho social e estariam mudando cada vez mais rapidamente. Isso estaria exigindo, por sua vez, indivíduos cada vez mais autônomos e, por conseqüência, observadores e reflexivos. As formas tradicionais de agir e os hábitos longamente adquiridos, embora não sejam excluídos da vida social, perdem terreno para a necessidade de se enfrentar situações complexas e, principalmente, situações novas, sem que com isso os indivíduos percam suas referências e limites e sem que com isso a sociedade fique ameaçada em sua própria estrutura.

A afirmação histórica progressiva do individualismo não nos pode levar a entendê-lo em sua acepção egoísta ou utilitária (segundo a qual um indivíduo quer e age apenas em função do que é útil para si). A evolução das sociedades estaria desenvolvendo gradativamente direitos e garantias para os indivíduos, aumentando a sua margem de autonomia no pensar e no agir.

Com uma arquitetura cada vez mais complicada, as sociedades estariam constituindo novas instituições, cada qual cumprindo determinadas funções. Dentro de cada instituição estar-se-ia desenvolvendo uma divisão do trabalho cada vez mais capilarizada, com ênfase para as funções intelectuais (engenheiros, administradores, contabilistas, nutricionistas, etc.).

Implicado no desenvolvimento do individualismo estaria o desenvolvimento do racionalismo. Quanto mais a sociedade exige um indivíduo mais autônomo e reflexivo para atender aos reclamos de sua maior complexidade e mutabilidade, mais são necessárias as explicações racionais das causas, leis e funções dos fenômenos físicos e

sociais, pondo-se em plano secundário as religiões, as tradições e os hábitos.

Sendo razão sinônimo de ciência (DURKHEIM, 2002a), quando elaboramos explicações das coisas de acordo com a sua racionalidade estaremos explicando cientificamente a realidade. Para Durkheim ciência da sociedade significa produzir conhecimento com o uso de regras metodológicas. A partir da observação das coisas e sua tipificação por similaridade, destacam-se suas características comuns com o uso da comparação (já que não podemos fazer experiências com os fatos sociais). Os traços gerais de um tipo de fenômeno (diferentes organizações familiares ou formas de educação) permitiriam a generalização, dando-nos um conceito ou teoria da, no caso do exemplo citado, família e da educação.

As sociedades industriais modernas politicamente organizadas em Estados, ao produzirem uma complexa e cambiante divisão do trabalho social e fazerem surgir disso um grau cada vez maior de individualismo, estariam também a exigir uma moral não religiosa ou laica, caracterizada pela racionalidade.

A moral em sua forma religiosa já não atenderia às necessidades sociais. As sociedades estariam a exigir uma moral laica explicitada pela sociologia. A moral religiosa não seria plenamente compatível com as necessidades de autonomia individual, refletividade e justificação racional impostas pela atualidade. A religião representa as necessidades da sociedade de modo alegórico, simbólico, dogmático. A adesão à moral religiosa dá-se pela fé em uma ou mais divindades e não pela explicação racional da ação.

Em todo caso, a religião não seria simplesmente descartada. Na alegoria religiosa pode-se descobrir a própria estrutura da sociedade. Suas regras morais não seriam, portanto, arbitrárias, mas exigências de comportamento regular compatíveis com a estrutura da sociedade.

A moral laica necessária às sociedades atuais deveria ser desenvolvida antes de tudo com a explicitação científica ou racional da estrutura social representada simbolicamente pela religião. As alegorias religiosas deveriam ser racionalmente explicadas. Ou seja, reduzidas às suas funções de coesão e reprodução sociais derivadas das necessidades da estrutura da sociedade.

Sem negar a importância social da religião, Durkheim quer buscar dentro dela, com a aplicação das regras do método sociológico, o ponto de partida para a codificação de uma moral não religiosa ou laica.

A moral laica é adequada à educação de indivíduos que necessitam socialmente de grande autonomia pessoal porque sua regra pode ser racional ou cientificamente explicada e justificada. Escapa-se da inculcação pura e simples de formas de comportamento que devem

ser incorporadas apenas pela fé e pelo castigo. Opera-se no campo do traço diferencial da moral laica que é a inteligência da regra moral. As regras morais devem ser acatadas com a consciência da sua funcionalidade social.

Durkheim está ciente de que a sociologia de seu tempo vive os primórdios e ainda se encontra pouco desenvolvida. Todavia, a constituição da moral laica deveria ser enfrentada como uma tarefa de notável importância política.

Escrevendo suas teses no fim do século XIX e início do XX, esse pensador social via as sociedades passando por modificações aceleradas que já duravam pelo menos um século. As estruturas das sociedades estavam-se transformando sob o impacto da industrialização, da constituição das democracias, do desenvolvimento das ciências e das artes, da consolidação dos Estados nacionais.

Naquele momento de transição, a moral antiga de recorte religioso já não mais atendia às exigências da sociedade e uma nova moral, mais conforme com a nova estrutura social, ainda não se tinha constituído e estabilizado. Isso ficava evidenciado pelos conflitos sociais, pela frequência do pessimismo e pelas taxas mais elevadas de suicídio.

Sem ter como regular a própria vida e as relações sociais que personificam por meio de regras morais claramente fixadas, os indivíduos sofreriam com a angústia produzida pela ausência de limites. Somos seres finitos, diz Durkheim, e só as referências imperativas da disciplina moral nos tranqüilizam. Sem referências ou limites morais somos dominados pelas nossas sensações e impulsos; reduzimo-nos aos limites estreitos de um egoísmo que nos empobrece pessoalmente e nos tornamos incapazes de desenvolver uma atividade socialmente necessária específica ou algum projeto que dê sentido à nossa vida. 'Soltos no ar', sofremos a angústia do infinito, da falta de limites, do nada. Queremos muitas coisas mas nada nos satisfaz. O consumismo atual ilustraria com clareza a afirmação durkheimiana.

Ciente de que o tempo de maturação do conhecimento científico não pode subordinar-se aos ditames de urgências de ordem prática, Durkheim resolve a questão da necessidade premente da implementação de uma moral não religiosa ou laica através de uma operação pedagógica fundada particularmente nas escolas públicas. Essas "*devem ser uma engrenagem reguladora da educação nacional*" (2001, p. 17).

Os resultados da investigação sociológica, na medida em que forem sendo produzidos, devem informar o desenvolvimento da educação moral laica. Na escola, essa educação moral não se deve restringir a determinados horários de aula ou ocasiões especiais. Ela deve ser construída permanentemente através da palavra e da ação cotidiana

dos professores. É um processo lento, que se ramifica inclusive às ações de menor importância e evidência. Seu resultado deve deixar nas crianças como traço profundo e durável o *“gosto da medida, esta moderação dos desejos que é a condição necessária de sua felicidade e de sua saúde”*⁽¹³⁾.

A educação moral realizada na escola deve romper os limites da educação familiar, voltada particularmente para as relações privadas, e infletir para o preparo da criança para a sua participação na sociedade política em geral e no Estado em particular⁽¹⁴⁾.

Para Durkheim, participamos de múltiplos grupos sociais. Os mais importantes são a família, o Estado e a humanidade.

Quanto mais a sociedade evolui para afirmar o individualismo racionalista, mais as diferenças locais perdem importância e mais ganha terreno a consideração dos homens como indivíduos que constroem historicamente uma ‘natureza’ humana comum. Ou seja, a humanidade passa a ser o grupo social a partir do qual e para o qual a moral laica deve ser elaborada.

Entretanto, a humanidade não é e não teria perspectivas de ser no futuro pensável um grupo organizado único. O grupo organizado mais desenvolvido e adequado para ultrapassar os limites locais, étnicos, religiosos, etc., é o Estado. Assim, já que não podemos nos organizar em ‘humanidade’, a educação moral laica deve ser posta em prática para, no âmbito do Estado, realizar os valores gerais da humanidade.

Os particularismos nacionalistas devem ser minimizados ou postos de lado, pois são justificadores de guerras entre sociedades diferentes e retrocessos no desenvolvimento de indivíduos racionais e autônomos.

No âmbito de cada Estado a educação moral laica deve apontar para o desenvolvimento da indústria, da ciência e das artes, na suposição de que para sociedades pacíficas e cosmopolitas a reprodução das condições de existência depende de indivíduos cada vez mais autônomos nas suas práticas morais.

A ciência da sociedade, partindo da observação dos fatos morais, dá, por meio de sua elaboração científica, a legitimação das regras e da autoridade moral. Ao apresentá-las como ‘coisa’ objetiva, exterior aos indivíduos; ao fazer os indivíduos verem que a força coercitiva da moral deriva de necessidades estruturais (mas historicamente determinadas) da sociedade, a sociologia justifica-as ao evidenciar-lhes as causas, as leis e a funcionalidade.

Seria a ‘educação pelas coisas’ estendendo-se do mundo físico ao mundo social.

⁽¹³⁾ Ibid., p.79.

⁽¹⁴⁾ DURKHEIM apresenta uma noção estrita do Estado como cérebro da sociedade (2002b) e uma noção ampla que o identifica com a sociedade política ou conjunto da sociedade (2001).

Referências Bibliográficas

DURKHEIM, Émile. **L'éducation morale**. Versão eletrônica produzida por Jean-Marie Tremblay. 2001. (Coleção Les Classiques des Sciences Sociales). Endereço de acesso: http://www.uqac.quebec.ca/zone30/Classiques_des_sciences_sociales/index.html.

_____. **Les règles de la méthode sociologique**. Versão eletrônica produzida por Jean-Marie Tremblay. 2002a. (Coleção Les Classiques des Sciences Sociales). Endereço de acesso: http://www.uqac.quebec.ca/zone30/Classiques_des_sciences_sociales/index.html

_____. **L'État**. Versão eletrônica produzida por Jean-Marie Tremblay. 2002b. (Coleção Les Classiques des Sciences Sociales). Endereço de acesso: http://www.uqac.quebec.ca/zone30/Classiques_des_sciences_sociales/index.html.

Bibliografia Complementar

ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. In: CIVITA, Victor (Ed.). Comte. Durkheim. São Paulo, 1973. (Coleção Os Pensadores).

_____. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

_____. **Ciência social e ação**. São Paulo: Difel, 1970.

_____. **Educação e Sociologia**. São Paulo: Melhoramentos/FENAME, 1978.

_____. **Evolução pedagógica**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

_____. **Sociologia, Educação e Moral**. Porto: Rés, [1984].

_____. **O suicídio: estudo sociológico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

RODRIGUES, José Albertino (Org.). **Durkheim**. São Paulo: Ática, 2004.

ATIVIDADE

ATIVIDADE DA UNIDADE: Entre em contato com o professor para receber as informações referentes a esta atividade.

UNIDADE G

Sociologia e Verdade

Objetivos

- Explorar o debate com os teóricos do pragmatismo desenvolvido por Durkheim;
- Discutir a concepção sociológica da verdade;
- Questionar a concepção científica da verdade.

Introdução

Durkheim desenvolve uma concepção sociológica da verdade criticando o pragmatismo de sua época. Todavia, ele aproveita as críticas que o pragmatismo faz ao 'racionalismo tradicional'. Para Durkheim a verdade está no passado e no presente ('o que foi e o que é') mas é, ao mesmo tempo, um produto da ação dos indivíduos associados. Isso porque a verdade identifica-se com as próprias representações coletivas.

Cada época e cada sociedade têm racionalidades e verdades que se compatibilizam com as necessidades da sua estrutura. Assim, a verdade é histórica, diferenciando-se de sociedade para sociedade.

Em linhas gerais, a verdade poderia ser classificada em dois tipos: a verdade mitológica e a verdade científica. Na nossa época a verdade tenderia a se identificar com a ciência, sem eliminar, contudo, as verdades mitológicas que continuam a ser criadas.

1. Sociologia e Verdade

Durkheim faz um paralelismo entre moral e verdade. Segundo sua proposição, *“a verdade é uma norma para o pensamento, assim como o ideal moral é uma norma para a conduta”* (2002b, p. 111). Em outros termos, se nós devemos agir de acordo com a síntese de regras e autoridade que caracteriza a disciplina moral, somos, por outro lado, coagidos a regular o nosso pensamento de acordo com a verdade. O autor cuja obra estamos discutindo ao longo do curso procurou desenvolver uma concepção sociológica de verdade que nos ajuda bastante a entender suas formulações teóricas sobre a sociedade. Essa verdade posta em uma perspectiva sociológica foi delineada em um interessante e muito atual debate com as proposições desenvolvidas por pensadores que, à época, elaboraram uma teoria da verdade que denominariam ‘pragmática’.

Émile Durkheim torna precisa a sua teoria sociológica (e histórica) da verdade discutindo particularmente algumas obras de William James (1842-1910), John Dewey (1859-1952) e Ferdinand Schiller (1864-1937), embora aluda e faça uso dos trabalhos de Friedrich Nietzsche (1844-1900) e Charles Peirce (1839-1914). Isso foi feito em um curso ministrado durante os anos de 1913 e 1914, transformado posteriormente no livro ‘Pragmatismo e Sociologia’. Foi possível a sua publicação a partir da compilação de anotações de alunos feita por Armand Cuvillier.

O pragmatismo é saudado por Durkheim como uma teoria da verdade que apontaria os limites do racionalismo ‘tradicional’, exigindo a sua reformulação e não a sua simples supressão. Ele via no racionalismo não apenas uma abordagem filosófica da verdade e uma concepção teórica do mundo, mas o próprio fundamento da cultura francesa. Defender o racionalismo passava a ser então uma questão de ‘interesse nacional’, já que o irracionalismo presente no pragmatismo ameaçaria o próprio ‘espírito francês’.

Durkheim via no pragmatismo um pertinente questionamento às simplificações do racionalismo ‘tradicional’ que perderia de vista o *“sentido da complexidade das coisas humanas”* (2002b, p.12). Assim, a crítica do pragmatismo corresponderia, ao mesmo tempo, à reformulação e, portanto, ao fortalecimento das posições racionalistas, particularmente da sua teoria da verdade.

O racionalismo ‘tradicional’ é desenhado por Durkheim – levando em conta a crítica feita a ele pelos pragmáticos – como uma concepção de mundo que supõe uma racionalidade, uma ordem formal, um conjunto de leis imutáveis, objetivas e impessoais presente na profundidade não visível de imediato no fluxo contínuo de fenômenos mutáveis que apreendemos através da nossa experiência do ‘mundo’. Nessa perspectiva, a verdade seria identificada com o esclarecimento da razão subjacente aos fenômenos e com a sua exposição em uma cópia conceitual ou teórica. A palavra ‘realidade’ não designaria senão essa

racionalidade objetiva apresentada como a 'essência' dos fenômenos. Desse modo, sob um mundo aparentemente casual e mutável estaria um outro mundo necessário e imutável, determinante do primeiro. Para Durkheim o racionalismo 'tradicional' separa e opõe o sujeito que conhece e a realidade que é conhecida. Essa última está dada. É fixa, imutável. Cabe ao sujeito fazer-lhe uma cópia teórica. Uma vez obtida essa cópia, ela se transforma em um dogma incontestável.

Bem diferente será a abordagem pragmática. As teorias devem ser avaliadas e isso caracterizaria o método ou 'atitude espiritual' pragmática de acordo com suas conseqüências práticas e não de acordo com a sua maior ou menor adequação à realidade.

Seria indiferente para uma determinada concepção ter um caráter religioso ou científico, teísta ou atéia, racionalista ou empirista. A diferença entre uma teoria e outra estaria nas conseqüências práticas que essas poderiam trazer. Assim, uma teoria seria considerada verdadeira se as suas conseqüências fossem úteis para quem as elabora (esse 'quem' é identificado pelo pragmatismo com um 'para mim', embora o 'para mim' possa transformar-se em um 'para nós'). Teorias cujas conseqüências fossem nocivas deveriam ser descartadas como falsas. Ao mesmo tempo, uma teoria poderia ser verdadeira em um sentido pragmático dentro de uma determinada situação e falsa em outra. Uma teoria poderia ser falsa para mim e verdadeira para outro.

Esse 'utilitarismo lógico', como Durkheim designa o pragmatismo, vincula a verdade à ação. As teorias devem ser escolhidas em função de um interesse definido e tendo em mira um determinado objetivo a ser atingido. Nessa medida, a verdade pragmaticamente considerada opõe-se à verdade racionalista já que visa a algo futuro, algo que ainda não existe e deve ser construído, e não à reprodução conceitual de algo passado ou presente ('o que foi e o que é'). Dessa forma, o pragmatismo aponta para uma verdade que deve ser produzida praticamente. Ela é adicionada ao real pela ação e aferida pelas suas conseqüências. Não se trata do espelhamento de algo dado, de reflexo, mas da realização de algo novo.

A oposição entre fundo essencial e superfície fenomênica fica suprimida. Do mesmo modo que a dicotomia entre sujeito e objeto. Ambas ficam eliminadas pelo enfoque prático do mundo, pelo conhecimento através da ação, pela experiência que constrói a verdade-objetivo.

Do objeto resta apenas a 'superfície' elaborada segundo a prática com que se pode produzir a verdade. Uma prática que William James chama de 'empirismo radical' e que suprime qualquer hiato entre sujeito e objeto. No pragmatismo 'consciência' e 'coisa' interpenetram-se. Apesar do individualismo presente na construção pragmática da verdade, Durkheim enfatiza a 'concessão' que W. James faz a uma

concepção social da verdade quando aquele afirma que as verdades obtidas podem vir a constituir patrimônio de muitos na forma daquilo que denomina 'senso comum'.

Os pragmáticos nos dizem que se pode sem dúvida conceber uma verdade objetiva, impessoal e, em certo sentido, absoluta, que não comportaria mais qualquer modificação ou diferença, mas somente como um ideal para o qual nós tendemos, que é solidário do progresso do conhecimento humano e que indica unicamente uma orientação do pensamento. (2002b, p.66)

A formulação acima indicaria que os pragmáticos estariam sendo obrigados a deslizar para uma interpretação da verdade de caráter sociológica. Com tanto mais razão quando, com W. James, afirmariam que uma vez estabelecido o 'consenso de opiniões' que constitui o senso comum, "*a sociedade exerce uma pressão para impor aos espíritos um certo conformismo*" (DURKHEIM, 2002b, p.66).

Para Durkheim uma teoria da verdade produzida pela sociologia tem a vantagem de incorporar as críticas do pragmatismo ao racionalismo, preservando-o em um novo formato. Simultaneamente, uma sociologia da verdade ultrapassaria os limites do pragmatismo, submetendo-o também à crítica.

Se o pragmatismo aponta os limites e enrijecimentos do 'racionalismo tradicional', abrindo caminho para a elaboração de um novo racionalismo, ao mesmo tempo mostra seus próprios limites ao explicar a verdade a partir da experiência individual, mantendo-a em um plano psicológico, subjetivo. Para Durkheim "*a natureza do indivíduo é bem limitada para ser capaz de explicar por si só todas as coisas humanas*"⁽¹⁵⁾.

A abordagem sociológica da verdade supõe que nós, seres humanos, somos produtos da história. Nada em nós está definido antecipadamente. Isso quer dizer que não somos os portadores de uma natureza humana inata. A história não começa em lugar algum e não termina em qualquer lugar. Nela tudo é produzido por determinadas causas, podendo uma análise prolongar-se indefinidamente. Isso exclui abordagens do tipo 'na origem está o pensamento' ou 'na origem está a ação'.

Numa crítica à concepção marxista da história, Durkheim torna mais precisa a sua própria. Afirma naquela exposição que

Acreditamos ser fecunda esta idéia de que a vida social não deve ser explicada pela concepção que dela fazem aqueles que dela participam, mas por causas profundas que escapam à consciência; e nós também pensamos que essas causas devem ser investigadas principalmente na maneira pela qual os indivíduos associados são agrupados. É mesmo nessa condição, nos parece, e nessa condição somente, que a história pode tornar-se uma ciência e que a sociologia, em

⁽¹⁵⁾ Ibid., p.77.

conseqüência, pode existir. Pois para que as representações coletivas sejam inteligíveis, é imprescindível que elas venham de alguma coisa e, como elas não podem formar um círculo fechado sobre si mesmas, a fonte de que derivam deve-se encontrar fora delas. Ou a consciência coletiva flutua no vazio, espécie de absoluto irrepresentável, ou ela vincula-se ao resto do mundo por meio de um substrato do qual, por conseqüência, depende. Por outro lado, de que pode compor-se este substrato, senão dos membros da sociedade, tal como estão socialmente combinados? (DURKHEIM, 2002a, p. 6)

A razão e a verdade ficam também subordinadas a essa historicidade social. Elas são produtos humanos históricos e não algo independente da história (das múltiplas sociedades humanas) e imutável. A identificação sociológica da verdade, por exemplo, utiliza-se do método comparativo aplicado genericamente à investigação de todo fato social. Cabe ao sociólogo investigar em cada sociedade (e em cada sociedade suas diferentes épocas históricas) aquilo que é designado pela palavra 'verdade', e quais as suas características. Durkheim considera que "desde sempre" se reconhece na verdade algo que *"se impõe a nós independentemente dos fatos da sensibilidade e dos impulsos individuais"* (DURKHEIM, 2002b, p. 78), e acrescenta que *"uma concepção tão universal deve mesmo corresponder a algo real"*⁽¹⁶⁾. Essa imposição ou pressão sobre os intelectos individuais *"é um símbolo que é preciso interpretar, mesmo quando se recusa a fazer da verdade algo de absoluto e extra-humano"*⁽¹⁶⁾.

Efetivamente, ao interpretar a coerção da verdade, aparecem como características uma obrigação moral, um poder necessitante e a impessoalidade. Ao contrário do que propõe o pragmatismo que, para Durkheim, não pode comportar uma hierarquia de valores e tudo coloca no mesmo plano, em todas as épocas e em todos os lugares os homens persuadiram-se de que deveriam buscar a verdade. Haveria nela qualquer coisa de respeitável, configurando um poder moral diante do qual se é obrigado a inclinar. Uma representação verdadeira (as verdades são representações coletivas) tem um "poder necessitante de fato". Ou seja, quando uma representação verdadeira se apresenta diante de nós, não podemos deixar de reconhecê-la como tal. É isso que *"exprimiam a velha teoria da evidência"*⁽¹⁷⁾. Sentimos que não podemos senão declará-la verdadeira. Por fim, a verdade (ou uma representação verdadeira) caracteriza-se pela impessoalidade. Ela é universal, objetiva e imutável, ainda que seja histórica. Isso deriva do fato de que uma representação verdadeira não pode ser produzida individualmente. A verdade resulta da 'associação dos indivíduos'. Vejamos isso em mais detalhe.

As representações podem ser agrupadas em três tipos que, em

⁽¹⁶⁾ Ibid., p.78.

⁽¹⁷⁾ Ibid., p.83.

certa medida, interpenetram-se: as sensações, as imagens e os conceitos.

As sensações parecem produzir um tipo de certeza. Todavia, ainda que já as vivenciamos modificadas pela linguagem e pelos conceitos, elas não nos podem assegurar objetivamente a verdade. Elas são estreitamente subjetivas e não podem ultrapassar o plano individual. Não podemos compartilhá-las com os outros.

As imagens estão mais próximas das representações conceituais mas, ao mesmo tempo, estão carregadas de representações sensoriais. Se por um lado elas podem objetivar-se em uma obra de arte, por outro não conseguem atingir a universalidade, permanecendo 'colada' a uma situação particular intimamente ligada às representações sensoriais. No plano da imagem, diz Durkheim, a representação ainda não tem condição de expressar a verdade.

A representação verdadeira encontra seu meio adequado nos conceitos, sempre entrelaçados com as palavras. Essas últimas são adequadas à comunicabilidade dos conceitos porque elas mesmas são um produto coletivo ou "resumos de experiências coletivas".

Apenas as representações conceituais podem veicular o universal ou 'universalizável', o necessário ou 'necessitante' e o comum ou 'comunicável'.

Para Durkheim o universal torna-se universalizável, o necessário torna-se necessitante e o comum torna-se comunicável exatamente porque a verdade não é dada desde toda a eternidade, mas é um produto social e histórico para homens que possuem a mesma linguagem.

Em íntima conexão com a linguagem, os conceitos não expressam abstratamente alguma coisa (por exemplo, a árvore em geral ou a idéia de árvore), porque "*o geral não existe senão em seu engajamento no particular. Pensar o geral é pois pensar o particular sob um certo aspecto*" (DURKHEIM, 2002b, p. 116).

Ao nos referirmos ao conceito de árvore, somos remetidos para a representação de espécies de árvore (o pinheiro, a mangueira). Ao representarmos o pinheiro, mobilizamos nossas percepções de alguns pinheiros singulares.

Uma representação é considerada verdadeira quando se acredita que ela seja adequada à realidade. Portanto, ela está, nesse sentido, fundada na fé. Mas essa representação conceitual fidedigna não pode ser um produto do indivíduo. O caráter coercitivo, objetivo e impessoal da verdade indica que ela só pode ser produto social.

Durkheim afirma que a verdade adquiriu historicamente dois tipos. Ela pode ser mitológica ou científica. Nos dias de hoje (de sua época de vida, fim do século XIX e início do XX) ela tenderia a ser científica.

A verdade é mitológica quando ela é uma representação coletiva útil, que expressa a estrutura da sociedade, mas não expressa “*o mundo tal como é*” (DURKHEIM, 2002b, p. 91). Sociedades orientaram ou orientam seus modos de pensar, sentir e agir através de cosmovisões mitológicas que se impõem coercitiva e objetivamente aos indivíduos (inicialmente pela própria educação), adquirindo o caráter de crenças verdadeiras ou, o que é a mesma coisa, de verdadeiras pela crença.

Ainda que simbólica ou alegórica, a mitologia expressa adequadamente a estrutura social, levando os indivíduos a pensarem e agirem de acordo, em linha gerais, com suas exigências funcionais.

Eventuais mudanças na estrutura da sociedade levam mais cedo ou mais tarde (mas não automaticamente) à modificação das representações coletivas através das quais os indivíduos tomam consciência dela e a operacionalizam.

O fato das sociedades estarem-se tornando cada vez mais complexas e mutáveis estaria fazendo com que a verdade adquira mais e mais um caráter científico (o que não impede o surgimento de novas mitologias). Ao contrário da verdade mitológica, a verdade científica tende a expressar “*o mundo tal como é*”. Pelo seu caráter impessoal, objetivo e universalizável, a verdade científica também se apresenta como uma representação coletiva, e não individual.

Dada a complexidade dos fenômenos, a investigação científica (ou a produção da verdade científica) requer uma ampla divisão de tarefas entre os indivíduos nela empenhados, em um ambiente de tolerância às divergências e à inovação. Entrementes, as aproximações sucessivas à realidade representadas pelas verdades científicas tomam sempre como objetivo a representação das coisas como as representaria um intelecto impessoal ou puramente objetivo.

Do mesmo modo que na concepção pragmática, a verdade ‘sociológica’ de Durkheim é um produto humano (mas social, não individual): a representação coletiva. Em sua edição científica, as verdades agregam-se à ‘consciência coletiva’ na medida em que essa se apodera delas, coordenando-as em um todo e constituindo assim uma verdadeira filosofia popular.

Ainda assim, Durkheim considerava que a verdade científica “não anda sozinha” em sua sociedade. Enquanto a sociologia estava dando seus primeiros passos, apresentando resultados fragmentários, as antigas mitologias e religiões perdiam eficácia como representações coletivas. Assim, a estrutura social estaria dando origem a novas mitologias expressas em representações como ‘progresso’, ‘lutas de classes’, ‘democracia’.

Em todo caso, tanto em sua versão mitológica quanto em sua forma científica, a verdade expressaria a necessidade social de um

consenso mínimo entre os indivíduos, sem o qual a existência da sociedade da sociedade não seria possível. Isto posto, a vantagem histórica da verdade científica sobre a verdade mitológica estaria em que a verdade científica lastrearia a comunhão das consciências por meio de um objeto *“que é o mesmo para todos”* (DURKHEIM, 2002b, p.99), enquanto a verdade mitológica simplesmente produziria uma comunhão imediata das consciências.

Ao incorporar-se pela educação, particularmente, à própria consciência dos indivíduos, as verdades de uma determinada época ou sociedade tornam-se, além de coisa social, humanas. Não existir objetivamente acima e fora dos indivíduos e, ao mesmo tempo, não existir subjetivamente através das consciências individuais.

Repaginado pela crítica pragmática, o racionalismo durkheimiano consolida seu caráter histórico e ancora a verdade na condição de representação coletiva. A verdade seria a própria sociedade coletivamente representada.

Referências Bibliográficas

DURKHEIM, Émile. **La conception matérialiste de l'histoire**. Versão eletrônica produzida Marcelle Bergeron, 2002a. (Coleção Les Classiques des Sciences Sociales). Endereço de acesso: http://www.uqac.quebec.ca/zone30/Classiques_des_sciences_sociales/index.html.

_____. **Pragmatisme et sociologie**. Versão eletrônica produzida por Gemma Paquet. 2002b. (Coleção Les Classiques des Sciences Sociales). Endereço de acesso: http://www.uqac.quebec.ca/zone30/Classiques_des_sciences_sociales/index.html

Bibliografia Complementar

ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

BOTTOMORE, T. B. **Introdução à sociologia**. Rio de Janeiro: LTC, 2001.

ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

_____. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

_____. **Ciência social e ação**. São Paulo: Difel, 1970.

_____. **Educação e Sociologia**. São Paulo: Melhoramentos/FENAME, 1978.

_____. **Evolução pedagógica**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

_____. **Sociologia, pragmatismo e filosofia**. Porto: Rés, s.d.

_____. **Sociologia e filosofia**. Rio de Janeiro: Forense, 1970.

_____. **O suicídio: estudo sociológico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

RODRIGUES, José Albertino (Org.). **Durkheim**. São Paulo: Ática, 2004.



ATIVIDADE

ATIVIDADE DA UNIDADE: Entre em contato com o professor para receber as informações referentes a esta atividade.

